

Incentivos e barreiras ao ingresso do jovem na política: uma discussão teórica

Daniel Moraes Pinheiro

Universidade do Estado de Santa Catarina
daniel.pinheiro@udesc.br

Gisela Rabelo Farias

Universidade do Estado de Santa Catarina
giselarabelofarias@gmail.com

RESUMO:

Este ensaio buscou evidenciar aspectos relacionados ao ingresso do jovem na política, dando destaque aos incentivos e barreiras identificados neste processo. O envolvimento dos cidadãos com a política é pressuposto da democracia. Sem ele, a democracia não se completa e, portanto, pode ser considerada meramente formal ou até ilegítima. No Brasil, o ambiente político tem se mostrado complexo, ora oscilando entre a participação e o protagonismo, ora pelo esfriamento e distanciamento destas questões. Os jovens representam importante parcela populacional e historicamente registram influência na política, tendo sido protagonistas de grandes movimentos sociais. A partir da experiência desenvolvida ao longo dos últimos anos na área de cultura e educação política, apresentamos algumas categorias que se relacionam aos incentivos e barreiras aos jovens na política: confiança, partidos, educação política, sociedade civil, ator político, espaços institucionais e mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política; Democracia; Juventude; Participação.



INTRODUÇÃO

A construção do que podemos chamar de “ambiente democrático” pressupõe a convergência de uma multiplicidade de fatores. Do ponto de vista institucional, deve-se compreender que os modelos burocráticos vigentes, quando se trata do olhar para o aparato estatal, não podem ser determinantes da ação política, pois a democracia exige, da ação estatal, a modernização de seus modelos de ação pública. Da mesma forma, espera-se da sociedade civil organizada o protagonismo na ação democrática, a partir do momento em que uma das exigências da democracia é a participação.

Nesse contexto, as organizações privadas, em um amplo sentido do termo, precisam compreender que, independentemente da forma com que se direcionam para a sociedade, seja com objetivos econômicos (empresas), seja por atuação de interesse individual ou como representantes da sociedade civil, também possuem perante a democracia um papel fundamental: agir dentro dos limites éticos e responsáveis, mas, sobretudo, não se ausentar do seu papel

político na construção de uma sociedade minimamente justa e com certo equilíbrio entre seus agentes.

Ainda do ponto de vista institucional, é preciso destacar que é comum a confusão entre o papel do Estado, o qual pela natureza de suas ações, pela incidência de seus resultados ou pela configuração de suas organizações, muitas vezes passa a ser compreendido como ação política. A relação entre a democracia e a burocracia (CASTOR, 2004) é percebida, especialmente, naqueles que não se engajam na ação política ou não enxergam seu papel ativo como cidadão. Dessa forma, o desinteresse na política (MARTINS JÚNIOR; DANTAS, 2004) desafia a democracia, especialmente, a delimitar a percepção de seus espaços e a educar o cidadão para o papel do Estado, diferenciando da política partidária e dos interesses privados.

Muito embora possamos reconhecer que as instituições são pilares fundamentais da democracia e de sua construção, é preciso destacar que a construção da cultura política, especialmente de uma cultura política participativa ou de um olhar para a construção de um

ambiente democrático, não depende apenas de regras ou da constituição das instituições ou do papel de agentes políticos em torno de cargos eletivos ou de partidos e bandeiras que defendem, sobretudo, sua ideologia e suas crenças. É preciso que a sociedade entenda que o protagonismo na política deve ser assumido por cada um e, portanto, é preciso que se haja condições de se estabelecer um conhecimento prévio, mínimo ao menos, sobre a própria democracia. Neste sentido, Baquero (2008) sugere que a compreensão de aspectos histórico-culturais e do próprio ser humano na sociedade é importante na edificação de uma cultura política de participação.

Moisés e Meneguello (2013, p. 46), ao discutir confiança política e democracia, lembra que as discussões empíricas sobre o tema pressupõem cinco níveis, que devem ser pesquisados separadamente: “a comunidade política per se, os princípios do regime democrático, o desempenho específico do regime, as instituições democráticas e os atores políticos”. Para este artigo, consideramos que, embora estejamos, em consonância com a premissa do autor, alinhados à necessidade de pesquisar de forma distinta cada um dos níveis, estamos abordando de forma separada a concepção do jovem como ator político.

Trataremos, aqui, de uma relação-transição do jovem, tanto como no primeiro nível abordado pelo autor, quanto de apoio difuso dos cidadãos – e aí, far-se-á importante considerar que esta relação, assim como para Moisés e Meneguello (2013), está relacionada com as concepções de capital social, confiança social e engajamento cívico –; como também estamos tratando da possibilidade de o jovem galgar a condição de ator político e, assim, observar que esta trajetória precisa estar em construção, ou seja, é uma trajetória em ação, aqui discutida sob o prisma teórico, especulando possibilidades em relação à sua construção.

A educação política surge como elemento fundamental (MARTINS JÚNIOR; DANTAS, 2004, p. 286) para a construção de uma sociedade democrática, a partir do momento em que sua premissa basilar consiste na ampliação do conhecimento acerca da política, do ambiente político – o que inclui suas instituições –, bem como do papel individual e do exercício pleno da cidadania, o que incorre na consciência plena acerca dos valores cívicos. Para que a democracia ultrapasse o aspecto meramente formal, é necessário que ela tenha legitimidade, o que, por sua vez, apenas é alcançado por meio de “envolvimento popular no processo de construção democrática” (BAQUERO, 2008, p. 381).

O processo de construção da consciência cívica deve, portanto, iniciar o mais cedo pos-

sível. É assim que, então, devemos olhar para a família e o processo educacional de base como indutores das primeiras formas de criação de valores para a política (TOMIZAKI; SILVA; CARVALHO-SILVA, 2016). Se esperamos jovens engajados na política, é preciso que essa construção se inicie o quanto antes, ainda no seio familiar. Ensinar a criança sobre seu papel na sociedade, seu lugar frente à direitos e deveres como cidadão, e prepará-la para, na escola, receber formalmente os conceitos e instituições que estimulem práticas democráticas, é fundamental para atribuir significado e valor e para ampliar o espaço de oportunidades de engajamento futuro na ação política.

Com uma base que fortalece a possibilidade de vir a, quando jovem, tomar consciência de seu papel na sociedade, é na juventude que observaremos se haverá espaço para este cidadão começar a se sentir pleno em sua ação política, pois é nesta fase que muitos dos valores aprendidos se concretizarão e, ao mesmo tempo, serão questionados e debatidos, com a entrada deste jovem na sociedade de forma plena e ativa, seja na constituição de sua própria família, na entrada no mercado de trabalho, seja na consolidação de suas atividades cívicas na reivindicação de seus direitos, seja na entrega relativa aos deveres para com o Estado.

O objetivo deste ensaio é destacar a importância da cultura política na construção de uma sociedade democrática, a partir do olhar para a juventude como ingressante na política, discutindo, a partir da teoria, elementos que possam se constituir como incentivos e barreiras para o ingresso do jovem na política.

CULTURA POLÍTICA E AMBIENTE POLÍTICO

Buscaremos apresentar, de forma sucinta, os elementos que formam o espaço da política e o que chamamos de cultura política. Em relação ao espaço da política, ou ao ambiente político, trata-se do ambiente de organização do poder (PESCHARD, 2019) onde se tomam as decisões acerca da vida social, do aparato público de suporte social e de bem-estar, e, sobretudo, do ambiente onde se constituem os elementos que definirão a vida pública e privada e a forma como se distribuem os bens na sociedade.

O termo cultura política foi criado na década de 60 pelos cientistas políticos Almond e Verba no sentido de evidenciar a dimensão subjetiva da política e analisa fenômenos políticos por meio de associação das abordagens sociológica, antropológica e psicológica (KUSCHNIR, 2007).

Especificamente, a antropologia da política, enquanto campo da ciência com um olhar para a prática da política, se dedica a investigar “o modo como os diferentes atores sociais vivem e experimentam a política, interagindo e atribuindo significado aos objetos e ações relacionados a esse mundo” (FIORAVANTI, 2019, p. 36). Assim, é preciso entender, pelo olhar antropológico, que há um aspecto tanto relacional como experiencial na constituição e socialização do comportamento político, definido por Castro (2009, p.479) como sendo “o processo de preparação do jovem para assumir seu lugar ulterior de cidadão, consciente de seus direitos e deveres políticos”. Ao trabalhar o conceito de Cultura Política, Karina Kuschnir (2007) evidencia que o processo de socialização é determinante no comportamento político e que as decisões políticas de cada indivíduo são influenciadas por diferentes questões subjetivas.

Além de ser um processo construído a partir das instituições, que, como se vê, acabam por moldar certos comportamentos, crenças, práticas, e valores, é preciso remarcar que a cultura política tem um papel fundamental na construção da sociedade quando falamos da democracia (PESCHARD, 2019). Neste ambiente, há uma construção histórico-social de elementos que dão suporte tanto às visões sobre o poder quanto aos valores que permitem a sociedade enxergar, de uma determinada maneira, as ações políticas e, da mesma forma, se comportarem e reagirem a estas práticas: “a cultura é vista como um comportamento influente, inibindo ou estimulando o envolvimento em questões públicas e a participação nos movimentos e organizações políticas” (LOPES, 2004, p. 167).

Nota-se que a compreensão da cultura política é valorosa para entendermos a construção de valores e crenças na sociedade, tanto a partir do olhar do comportamento individual, bem como a partir da forma como se olha para o ambiente político e os padrões impressos pelas instituições políticas, ou aquelas que giram em torno do ambiente político. Os estudos de cultura política se voltam, portanto, para a compreensão do espaço da vida política. Como ressalta Peschard (2019, p. 20, tradução livre), “[...] A noção de cultura política é tão antiga quanto a reflexão sobre a vida política de uma comunidade. Para referir-se ao que hoje chamamos de cultura política, fala-se de personalidade, temperamento, costumes, caráter nacional ou consciência coletiva, abarcando sempre as dimensões subjetivas dos fenômenos sociais e políticos”. Assim, percebe-se que cultura política abarca uma série de noções que podem ser exploradas nos estudos, em

sua totalidade, ou a partir de algumas linhas, específicas, acerca da vida política.

Outro aspecto importante para tratar de cultura política é ter bem delineadas as questões relativas ao “quando” e “onde”. Neste sentido, cabe à construção da concepção de cultura política um caráter histórico. Não há como separar a cultura política do contexto no qual se insere nem da construção histórica do contexto social. Ou seja, é preciso compreender qual é o tempo e qual é o espaço em que a cultura política é analisada. Sendo assim, é crucial conhecer a formação histórica do país e que pessoas ocupam aquele espaço. Com relação ao Brasil, a cultura política é permeada por aspectos relacionados à maneira como se deu sua formação histórica e pela maneira com que as pessoas que compõem esse espaço agem.

Além disso, é preciso também considerar o elemento institucional não como fim, mas a partir do olhar dos cidadãos. Assim, relação entre cidadãos e instituições faz parte da cultura política. Baquero (2008, p. 395) destaca que

[...] é possível argumentar que existe uma relação causal recíproca permanente entre instituições deficientes que não produzem cidadãos com predisposições democráticas e estes, por sua vez, distanciam-se e mostram desapego por essas instituições por não acreditarem nos seus objetivos e desconfiarem de suas intenções.

Da mesma forma, nesse caráter macrosociológico da visão da cultura política, entende-se que esta visão da relação entre os cidadãos e instituições pode assumir um caráter essencialmente determinista – onde a democracia é a resultante de um ambiente composto pelo aparato institucional que permite seu funcionamento. Neste caso, vale a ressalva de Moisés (2008) ao trabalho de Almond e Verba, cujo modelo é criticado pelo determinismo, e por considerar que a democracia teria adesão a uma ideia de estabilidade democrática, sendo que, posteriormente, outros autores irão perceber que em ambientes, por exemplo, com baixa participação ou até mesmo baixa confiança política, o modelo democrático ainda sobrevive.

Aqui, cabe destacar que o nosso olhar se volta para o ambiente macrosociológico e considera a cultura política não apenas determinada pelo aparato institucional ou por valores vigentes. O olhar está centrado, também, no comportamento individual, fundamental para nossa compreensão do papel do jovem na política: entende-se que o jovem é protagonista da ação política, precisa compreender o ambiente político e, assim, é ator político – com

nível de consciência sobre a democracia que pode assumir, ao longo do seu tempo cronológico, um caráter ativo, cívico, em relação aos valores democráticos, ou passivo, refletindo apenas um desejo institucional ou um alinhamento que pode ser, por exemplo, ideológico ou uma herança meramente intergeracional.

A educação é apontada como responsável por inculcar nos jovens a motivação para a ação política (BRENNER, 2018; CASTRO, 2009; HILLYGUS, 2005; LEWIS-BECK et al., 2008; TSEKOURA, 2016), bem como a socialização familiar (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018), a religiosa, o idealismo, o capital social, as entidades não governamentais, a mídia, as motivações de base afetiva e as de base instrumental (BORDENAVE, 1983).

Portanto, entender o jovem como protagonista em relação ao tempo é, dentro da análise da cultura política, também compreender o jovem como inserido no contexto social pleno, que tem um caráter histórico fundamentado em uma construção e que pode, em determinado momento, direcionar-se ou não para uma consciência política maior ou menor, e desta maneira, propiciar também um maior aparato de educação e reflexão política.

Como lembra Peschard (2019), estudar a cultura política é também refletir sobre como mudar a forma como a sociedade enxerga a política, depois de vários anos construindo um sistema de crenças que se consolidam em ações e práticas vigentes. Neste sentido, consideramos a cultura política como intergeracional – e, deste modo, a juventude é corpo presente de uma geração que aprendeu e ainda aprende sobre o próprio sistema político, ao mesmo tempo em que é capaz de questioná-lo e, também, de provocar as mudanças necessárias.

É preciso entender que, especialmente no caso do Brasil, é recorrente se observar o que se chama de participação “básica”, no sentido de que ela ocorre apenas no processo eleitoral, ou seja, pela permissão institucional da democracia. Esta sazonalidade é lembrada, por exemplo, no trabalho de Kuschnir e Carneiro (1999). É preciso ter como elemento fundamental do engajamento político a percepção de que o desenvolvimento de uma cultura cidadã, ou de uma cultura cívica, parte do princípio da compreensão de que, primeiro, existem outras formas de participação que vão além das eleições ou do que permite o aparato normativo e institucional – e, aqui, se observa que estas formas precisam ser visíveis e aprendidas –, como, sobretudo, é preciso constituir a confiança como um dos valores básicos da

democracia.

Trata-se, portanto, de um processo de construção de valores que permite que a população enxergue a democracia de forma plena, tanto pelo aspecto institucional, pelo funcionamento das instituições; como pelo seu papel, como cidadão, a partir do momento em que sua interação com as instituições da democracia se dará de forma constante. A democracia tem, neste sentido, forte relação da adesão do cidadão com seus valores, pois é nela que o cidadão passa a depositar, de forma relacional, sua crença no sistema democrático pela expressão da confiança.

JUVENTUDE E POLÍTICA

Jovens constituem importante parcela da população, e algumas pesquisas apontam a questão geracional como sendo relacionada à disposição para o engajamento político e ao interesse na política (BRITES; PONTE, 2012; RIBEIRO, 2012; STABILE, 2012). O poder da juventude na política é tema atual e tradicional, na medida em que os jovens sempre participaram, de uma ou de outra, da política. O assunto é encontrado por toda parte. Em veículos tradicionais de informação e nas modernas redes sociais na internet. Todos podem tratar de política – e o fazem, respeitadas as devidas proporções. Nem sempre foi assim. Outrora, nos tempos da ditadura, a juventude, rebelde e disruptiva como costuma ser, muitas vezes, tinha sua voz embargada pela censura e seus ideais e ideias mutilados pela tortura. Ainda hoje a censura afeta cidadãos de alguns países.

Os jovens têm poder de influenciar a política, desde a inclusão de temáticas nas agendas políticas até resultados de eleições. Por essas e por outras questões, a juventude na política é um tema que desperta interesse de pesquisadores e vem sendo bastante abordado em produções científicas. Pesquisas apontam que a atuação de jovens pode ser decisiva em eleições e em outras ações políticas (JOHNSTON; PATTIE; JONES; MANLEY, 2019; WATTENBERG, 2018), tendo, por exemplo, custado a Hillary Clinton sua eleição (WATTENBERG, 2018).

No entanto, embora os jovens exerçam influência política, algumas pesquisas apontam para o fato de que eles normalmente se engajam em movimentos alheios à política dita tradicional, o que não significa que a política tradicional não atraia jovens, em especial pela necessidade formal e burocrática de se filiar a determinado partido para que possam ter a chance de se candidatar a algum cargo político.

Enquanto algumas pesquisas indicam que os jovens não se interessam pela políti-

ca, outras indicam que eles se interessam sim, mas não daquela maneira tradicional. Emerge, pois, o principal objetivo do presente artigo, identificar na teoria o que se apresenta como incentivo e barreira ao envolvimento de jovens na política.

Afinal, quem é a juventude e qual é o sentido de relacionar jovens e política? A juventude, conforme a Sociologia, é explicada a partir de dois grandes grupos: um deles explica a juventude como “uma categoria relacional”, alocando pessoas conforme determinada faixa etária (GOHN, 2013, p. 205); o outro atribui características sociais, econômicas e culturais conforme a classe social (GOHN, 2018). Ainda segundo Gohn (2018), alguns autores sugerem que não seja utilizada a palavra juventude, mas juventudes, considerando-se que não há apenas um tipo de juventude.

Farini (2019) explica que é na adolescência que ocorre a formação da identidade. A adolescência e o início da vida adulta são considerados períodos importantes de aprendizado de valores sociais que contribuem para a formação da identidade moral (HART; ATKINS; FORD, 1999; YOUNISS; YATES, 1997). No mesmo sentido, Katharina Eckstein, Peter Noack e Burkhard Gniewosz (2012) confirmaram que a adolescência é um período crucial da vida no que diz respeito ao surgimento, consolidação e desenvolvimento de pontos de vista políticos. Os autores examinaram as trajetórias de desenvolvimento de atitudes de jovens em relação ao engajamento político e sua disposição para participar da política, além de explicar a influência do histórico escolar e do gênero e os resultados revelaram trajetórias diferenciadas quanto ao nível de escolaridade dos adolescentes (ECKSTEIN; NOACK; GNIEWOSZ, 2012).

Cumprido, então, apresentar alguns momentos nos quais o engajamento político marcou a história política brasileira, tendo a juventude à frente de manifestações sociais e influenciando questões de cunho democrático. Antes, no entanto, para fins de contextualização, apresenta-se breve histórico acerca da democratização do Brasil.

No ano de 1500 o Brasil tornou-se colônia portuguesa, o que perdurou por 322 anos, passando em seguida a ser império por um período de 67 anos. Após essas duas fases político-administrativas, o Brasil, no ano de 1889, tornou-se República, isto é, o patrimônio estatal não pertenceria mais a outro país nem a determinada família ou casta. Portanto, a República brasileira conta agora, nos idos de 2021, exatos 132 anos de existência, mas tem enfrentado revoluções políticas ao longo da história.

Uma delas foi marcada pelo golpe mili-

tar de 1964, que retirou do poder o presidente João Goulart. Antes do fim da ditadura, no final de 1983 e início de 1984, milhares de pessoas, em especial jovens estudantes, tomaram as ruas nas chamadas “Diretas Já”, clamando pelo direito a escolher por meio de eleição direta o chefe de poder (TATAGIBA, 2014), além de direitos relacionados a outras condições de cidadania e, ainda, às condições de vida urbana e trabalho (ALONSO, 2017). A partir daí, em 1985, o Brasil voltou a trilhar os caminhos da liberdade política, tendo passado por vinte e um anos de ditadura institucional.

Na sequência, portanto, o Brasil viveu o período pós-ditadura, marcado por um processo de reestruturação política e de redemocratização em cujo cerne concentrou-se o retorno de direitos e de liberdades do povo. Com o advento da Constituição Federal de 1988, a “constituição cidadã”, o Brasil, recém liberto das amarras da ditadura, passou a ter nos valores democráticos sua sustentação.

Nesse período inicial, foi possível verificar uma certa estabilidade política, abalada em 1992, com o impeachment do então presidente Collor, acusado de envolvimento em corrupção e fraudes financeiras. No mencionado processo de afastamento do Collor, primeiro presidente eleito após o período da ditadura, surgiram manifestações de protesto, lideradas pelos chamados “caras pintadas”, jovens que faziam marchas e fechavam as principais ruas das principais cidades brasileiras (MISCHE, 1995). Em seguida, de certa forma, instalou-se novamente um equilíbrio político, até os idos do governo Lula.

Ainda no primeiro mandato de Lula, surge o escândalo do chamado “Mensalão”, no qual foram feitas acusações de práticas criminosas que culminaram na responsabilização e prisão de pessoas integrantes do governo (SILVA, 2014). Ainda segundo Maria Terezinha da Silva (2014), nesse momento, a instabilidade política é instalada, caracterizando-se por uma forte polarização de grupos político-partidários antagonistas e modificando sobremaneira a imagem do Partido dos Trabalhadores. Nesse período, diversas manifestações políticas ocorreram, incluindo aquelas de grupos aliados ao governo, em busca, por exemplo, de obtenção de direitos (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) e aquelas de grupos de oposição ao governo, impulsionados em especial pelos escândalos de corrupção (SILVA, 2014).

Mesmo com as denúncias diretamente relacionadas ao governo petista, o então presidente foi reeleito em 2006, figurando na cúpula do Poder Executivo até o último dia do ano de 2010. Nas eleições de 2010, Dilma, a sucessora de Lula, candidata pelo Partido dos

Trabalhadores, foi a primeira mulher eleita para o mais alto cargo de direção do Poder Executivo, cuja posse deu-se no primeiro dia do ano de 2011.

Durante o primeiro mandato de Dilma, em 2013, emerge uma onda manifestações políticas. Ângela Alonso (2017) identifica três fases naquilo que denomina como uma só crise política, ocorrida entre 2013 e 2016. A primeira fase, a “eclosão do protesto”, foi liderada pelo Movimento Passe Livre; a fase da “diversificação”, foi caracterizada pela ampliação das pautas de luta e do número de manifestantes; e a fase da “massificação”, na qual doze capitais brasileiras sediaram protestos de diferentes pautas impulsionadas por questões relacionadas com tarifas de transporte público, combate à corrupção, investimento na área da saúde, gastos com a Copa do Mundo e com as Olimpíadas, dentre outras (ALONSO, 2017).

Esse período de manifestações durante o governo Dilma teve interferência direta da internet. As pessoas gravavam vídeos e publicavam-nos em redes sociais, o que deu grande visibilidade ao abuso do poder policial (ZANETTI; LUVIZOTTO, 2014). Ainda segundo os autores, as pessoas ainda passaram a criar as chamadas hashtags, servindo como palavras-chave específicas que eram escritas e divulgadas com chamadas para protestos, entre outras finalidades, fazendo com que fosse mais fácil dar visibilidade a determinadas ações. Além disso, é nesse período que surge a “Mídia NINJA” (Narrativas Independentes de Jornalismo e Ação), com ampla cobertura dos protestos, caracterizada pela ideia central de registrar em vídeo o maior número de acontecimentos na intenção de divulgá-los e, se necessário, contrapor versões expostas pela mídia tradicional (ZANETTI; LUVIZOTTO, 2014).

Nesse cenário, ainda que o Brasil estivesse vivendo a polarização político-partidária herdada pelo governo de Lula (SILVA, 2014) e a instabilidade política que perpassava o próprio governo Dilma, a presidenta foi reeleita em 2014. No entanto, o segundo mandato da petista foi interrompido ainda em 2016, antes mesmo de completar dois anos. Ainda em maio daquele ano, ela foi afastada do cargo enquanto aguardava decisão do processo de impeachment, quando Michel Temer, então vice-presidente, assumiu o poder. Em agosto de 2016 houve decisão que deliberou a saída de Dilma, determinando a posse definitiva de Temer como presidente até o fim do ano de 2018, cujo mandato também foi marcado por manifestações, em especial aquelas por sua saída (ALONSO, 2017).

Nas eleições de 2018 foi eleito o atual presidente, Bolsonaro, cuja posse ocorreu em

primeiro de janeiro de 2019. Desde antes de sua posse, Bolsonaro é figura central de protestos, sejam eles pró ou contra seu governo. O atual cenário político, ainda que afetado pela pandemia, continua a ser palco desses protestos, o que é facilitado com o uso da internet e suas redes sociais. As redes sociais e o espaço virtual como um todo, no entanto, não acarretam apenas benefícios como a possibilidade de debates. A internet facilita a propagação de informações falsas, o que é impulsionado pela dificuldade de se conhecer a fonte da informação associado ao fato de que, em geral, os usuários não checam a veracidade das informações que compartilham (TANDOC; LIM; LING, 2018).

Como se pode observar, a juventude, plural e idealista que é, por muitas vezes na história do Brasil (e do mundo) protagonizou grandes manifestações sociais. Movimentos dessa natureza não estavam acontecendo apenas no Brasil. Em diversos lugares do mundo, jovens protagonizavam manifestações políticas. O estopim para uma onda de ações que culminaram na chamada Primavera Árabe deu-se no final de dezembro de 2010, na Tunísia, quando o jovem Mohamed Buazizi, que vinha tendo sua barraca de vender frutas confiscada de maneira repetida e humilhante, ateou fogo em seu próprio corpo como forma de protesto, vindo a morrer poucos dias após, em três de janeiro de 2011 (CASTELLS, 2012).

Poucas horas depois de Mohamed colocar fogo em si mesmo, seu primo filmou e publicou na internet um protesto que acontecia ali próximo, no qual centenas de jovens reivindicavam a renúncia do ditador Ben Alí (CASTELLS, 2012). Durante as manifestações, o governo aplicou violência, matando mais de cem pessoas. A violência gerou ainda mais revolta. Assim, o movimento tomou grandes proporções, tendo envolvido países do Oriente Médio e do norte da África. Em alguns dias, Ben Alí foge da Tunísia com sua família, o que animou os jovens a continuarem os protestos, exigindo que se retirassem do poder todos aqueles corruptos, clamando por liberdade política e de expressão, bem como por eleições democráticas (CASTELLS, 2012).

Ainda em nível mundial, em 2017, a eleição britânica teve uma reviravolta atribuída ao aumento da participação dos jovens, ficando essa atuação juvenil conhecida como “youthquake” (TRAVIS; BARR, 2017) ou, em tradução literal para a língua portuguesa, “terremoto juvenil”.

Em recente episódio, jovens usuários do aplicativo Tiktok, os chamados Tiktokers, e os kpopers, comunidade de adolescentes e jovens amantes de bandas coreanas, caracterizadas

por forte ativismo social, organizaram-se por meio de redes sociais com o intuito de driblar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e sua equipe, boicotando seu comício que seria realizado em Tulsa, Oklahoma (TRUMP, 2020). Na ocasião, os jovens solicitaram vagas para o evento, sugerindo que estariam presentes, mas não compareceram, deixando o auditório com menos gente do que o esperado. A ação dos Tiktokers foi relevante de tal maneira que o presidente norte americano assinou um decreto que proibiu por 45 dias o uso do Aplicativo TikTok em todo o território dos Estados Unidos (EL PAÍS, 2020).

Nesse contexto, as mídias sociais exercem a função basilar de alimentar, repercutir e transformar pautas de reivindicação locais em demandas nacionais (GRÓPPO, 2014), constituindo-se em um espaço de manifestação política. Pesquisas destacam que a internet e as mídias sociais ampliaram e fortaleceram o engajamento dos jovens na política (LUVIZOTTO, 2016; XENOS; VROMEN; LOADER, 2014).

Gohn (2018) afirma que as redes sociais representam mais do que um espaço de mobilização, reverberando na essência da ação coletiva praticada. Além disso, considerando que é um meio de uso e acesso à informação, as redes sociais têm sido utilizadas, também, como estratégia de compartilhamento de conteúdo, voltado especialmente à educação política (PINHEIRO; PAGANI; DE MARCHI, 2018).

INCENTIVOS E BARREIRAS AO JOVEM NA POLÍTICA: ESPECULAÇÕES A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

Assim como ousamos destacar no título desta seção, trataremos de especulações dos pesquisadores acerca dos incentivos e barreiras ao jovem na política. Porém, antes de iniciar a exposição de algumas destas características que consideramos fundamentais, é preciso contextualizar o leitor da constituição deste processo.

Em 2016 iniciamos as atividades como grupo de pesquisa, a partir das experiências no curso de administração pública, com o estímulo aos jovens – ali, estudantes – para a produção de conhecimento teórico-prático acerca da política ou de conceitos da administração pública que possam ser levados ao cidadão, entendendo-se que este tipo de educação, especialmente no ensino superior, também consiste em ação política.

Ação política, pois, em última instância, permite que o aluno se veja como ator, como protagonista, no processo de levar uma maior

compreensão sobre o sistema político ou sobre o aparato de organizações da administração pública e, obviamente, de como as instituições permitem – ou não – o exercício da democracia, em si. Em um primeiro momento, a construção tinha por objetivo o retorno direto ao ensino, como estratégia pedagógica. Mas, assim como lembra Gohn (2018, p. 11):

[...] na educação de jovens e adultos [...] a educação não formal é fundamental, para formação para a cidadania, para exercício da civilidade no convívio com o outro e na utilização de padrões éticos, para o reconhecimento e aceitação da diversidade cultural e suas diferenças, para a prática da não violência em todas as esferas da vida, etc.

Muito embora seja o ensino universitário um espaço formal, com a estratégia de se utilizar a experiência prática com entrevista e interação social ou a construção de jogos com o propósito de educação política para algum público (foram utilizadas ambas as formas), buscava-se sair da lógica formal para uma prática experiencial justamente para tentar sensibilizar não apenas para o aprendizado, mas para o protagonismo. O êxito da experiência levou à construção – a incentivo dos próprios estudantes –, de projetos de pesquisa e extensão subsequentes.

Na construção destes processos – e aqui se justifica os estarmos expondo – o aprendizado para os jovens participantes, seja nas aulas formais, seja nas práticas informais inseridas, ou seja, naqueles sujeitos da pesquisa ou da extensão, observaram-se algumas características únicas que, agora, se constituem em nossas primeiras especulações para este artigo.

Assim, as categorias que apresentamos extrapolam o espaço teórico apresentado anteriormente (pois se tratam, também, de aprendizado e reflexões constituídas) e têm por objetivo não se constituir em modelo analítico, mas sim, inspirar a construção de outros modelos analíticos que façam uso de um aparato epistemológico, ontológico e metodológico que o caracterize – ou não – como indagações pertinentes aos estudos sobre o jovem e os incentivos e barreiras à sua entrada no mundo da política – política, sempre, entendida de forma plena e não meramente difusa ou subsidiária de um arranjo institucional dado por instituições públicas, políticas ou ideológico-partidárias.

Estas reflexões vieram de estudos em diversos espaços: sociedade civil, protagonismo individual, confiança institucional, dentre outros. Assim, apresentaremos a seguir algu-

mas breves considerações sobre os estudos ou achados a partir de nossas experiências estabelecendo um quadro que refletirá este processo em relação à juventude, construído então com base nos últimos cinco anos de pesquisa.

a) Confiança: Um dos principais conceitos que definem a pesquisa e as relações do cidadão com a política, assim como a maneira como o indivíduo se relaciona e se comporta com as instituições políticas. Os trabalhos de Baquero (2008), Netto (2016), Moisés (2008) e Rennó (2001), dentre outros, ressaltam o papel da confiança na democracia. A confiança nas instituições e no ambiente político possibilitaria um maior engajamento. Isso também se reflete no comportamento dos jovens, que além de receber a influência positiva de outras gerações (família), também confia nos valores políticos das instituições de sua formação (escola, família), Universidades (PAGANI et al., 2018), ou de instituições de adesão (igrejas, partidos). Já a baixa confiança ou a desconfiança, quando perdura por muito tempo, ou está associada a processos de baixa transparência, tende a transmitir uma visão turva ou difusa do que é política, não só afastando o cidadão, mas como, no caso dos jovens, desmotivando para a participação ou o engajamento, e até tornando quase inalcançáveis valores cívicos ou a noção de democracia, que passa a ser meramente um quesito institucional (MOISÉS, 2008; MOISÉS; MENEGUELLO, 2013).

b) Partidos: Os partidos representam a institucionalização política no sentido da ação legitimada (KINZO, 2004), ou de bandeiras e ideologias que são carregadas como forma de protagonismo, de questionamento ou, mesmo, de intenção de revolução. As chamadas escolas de partido possibilitam o aprendizado sobre suas causas ideológicas, ou seja, as bandeiras que carregam. O jovem tende a ter uma visão positiva sobre a institucionalização partidária (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). Normalmente, as escolas de partido captam os jovens (a partir das alas jovens ou da representação estudantil), o que contribui na formação política e na inserção do jovem como ator político, aqui num sentido de engajamento também na carreira política. Vários partidos têm sido questionados sobre a sua efetividade como representação ideológica, por sua relação com coligações que nem sempre representam seus valores, apenas por intenção eleitoral. Outro movimento contrário é o discurso de afastamento de partidos, bandeiras e ideologias do ambiente universitário, o qual é historicamente reconhecido, justamente, pelo engajamento político. Isso se deve ao conflito ideológico (direita-esquerda) e a recente luta

por espaços de engajamento, o que só deveria demonstrar essa importância. Além disso, os partidos políticos precisam ser mais atrativos para a sociedade (PINHEIRO, PAGANI, DE MARCHI, 2018).

c) Educação Política: A educação política deve ser um processo contínuo e que deve subsidiar o cidadão sobre seu papel político na sociedade (DANTAS; DE ALMEIDA, 2015; SAMPAIO; SIQUEIRA, 2013). O processo de educação política tem se demonstrado, também, como um incentivador a que o jovem possa entender que o seu engajamento não é apenas pela via partidária, mas sim pela sua atuação de diversas maneiras junto à sociedade. Quando inserida no contexto escolar, a educação “suprapartidária” (DANTAS, 2017), inclusive, é um elemento desafiador, mas complementa a formação que o jovem tem no seu ciclo social (família, escola, instituições com as quais se interessa e se relaciona). A educação política tem sido, por muitas vezes, promovida por movimentos da sociedade civil. Assim, depende de incentivos externos e de um enorme esforço da captação dos participantes para o processo de formação (PINHEIRO, PAGANI, DE MARCHI, 2018). Recentemente, tem adentrado nas instituições da educação (ensino formal) e em espaços de mais fácil visualização, como as redes sociais.

d) Sociedade Civil: A sociedade civil tem em sua concepção o ideal democrático, uma vez que, para se completar, a democracia precisa de legitimidade (BRESSER-PEREIRA, 1995). Assim, é espaço pleno de uma oferta de valores democráticos e de um ideal de democratização. A própria concepção de sociedade civil pressupõe o engajamento, a participação e a visão plena de exercício da cidadania como elemento estrutural. Portanto, ao atuar em temáticas relevantes para a democracia (como a luta por direitos, a defesa das instituições e dos valores democráticos), possibilita que muitos jovens possam se engajar ou até mesmo criar movimentos que, em sua essência, possibilitem a construção da democracia e, assim, demonstrem sua capacidade de engajamento. Apesar de serem espaços democráticos, as formas institucionais assumidas pela sociedade civil podem ser utilizadas, também, para interesses individuais. No Brasil, a visão de um terceiro setor utilizado somente a serviço do interesse individual, muitas vezes, afasta o jovem da experiência da ação democrática. As associações de moradores, por exemplo, que são espaços de socialização, engajamento cidadão, reivindicação política e de compartilhamento de valores cívicos (DE MARCHI; PINHEIRO; PAGANI, 2021), muitas vezes são enxergadas como espaços de participação e somente pela

via do interesse, afastando a possibilidade de o jovem se ver como protagonista ou como aquele que poderia ofertar, para sua própria comunidade, algum tipo de benefício.

e) Ator Político: É preciso entender o político não apenas como um ator profissional, ou seja, aquele que é eleito para o exercício do mandato. O ator político é, também, aquele que pode exercer o seu papel na sociedade ao longo de sua vida cívica. Os atores políticos, atualmente, possuem na internet um incentivo fundamental a sua participação e ao engajamento em questões relevantes (GOHN, 2018; LUVIZOTTO, 2016; XENOS; VROMEN; LOADER, 2014). Sobretudo, a partir do momento em que muitos têm um espaço para o livre exercício da opinião, passam também a perceber que têm alguma possibilidade de atuação cívica, ao expor livremente seus valores, ou também, ao poder aderir e efetivamente se engajar em causas de instituições que antes estavam desacreditadas. Isso passa a demonstrar que o ator político é não apenas aquele eleito, mas também que é possível que o “cidadão comum” possa vir a se engajar, pela adesão de outros em suas próprias causas. Da mesma forma que é um incentivo, as redes sociais representam também uma barreira, quando a circulação de informações falsas em excesso (fake news) estabelecem um novo patamar de desconfiança ao processo de difusão de informações e, até mesmo, impede a adequada adesão à educação política ofertada nestes meios. Além disso, há também no caso brasileiro uma visão de que a política é uma carreira, e que o ator político é aquele que tem sucesso na carreira política e consegue alcançar cargos e incidência de poder, isto atrapalha a visão de que o exercício da política pode se dar a partir do cotidiano, da ação plena de valores democráticos, e não somente de uma carreira político-partidária.

f) Espaços institucionais: Assim como a política não se dá somente em espaços políticos determinados (partidos), outras instituições da sociedade também representam espaços de exercício da democracia e de valores democráticos. O exercício de valores democráticos em instituições públicas, por exemplo, a partir da demanda sobre ética e transparência nestes órgãos, tem atraído novas correntes, especialmente de jovens, que percebem a possibilidade de exercício do protagonismo político e da busca pela democracia a partir de uma atuação dentro destas organizações. Assim como empresas têm também possibilitado se ver como espaço para a educação política e para a difusão de valores democráticos importantes para a sociedade. As Universidades têm sido cobradas por uma educação não ideológica. Isso não significa, por exemplo, que ela deva

se omitir de seu papel com o comportamento político e de referência política para a sociedade (PAGANI et al., 2018). Ainda, o fato de ser culturalmente aceito, no Brasil, que a política é um exercício profissional, e que por meio dela pode se estabelecer uma carreira com benefícios e vantagens, tende a criar uma visão que pode ser negativa sobre a ação política. Isto tende a atrair o jovem para uma carreira de interesse meramente de poder ou remuneração, ou ainda, de afastar o jovem interessado na defesa de “bons valores”, ou da ética e democracia, de se ver distante deste exercício, já que valores como a corrupção ou o favorecimento dentro dos caminhos para a política formal são difusos ou estão atrelados a algumas distorções. Da mesma forma, se tem a visão de que o serviço público não pode se misturar com a política ou de que a política só se dá no ambiente empresarial por mero interesse do capital.

g) Mídia: A mídia tradicional, apesar de, por um determinado tempo, vir cumprindo seu papel frente à sociedade em relação à política (DANTAS; DE ALMEIDA, 2015), tem dado espaço – ou até mesmo, tem migrado seu conteúdo e a forma de dialogar com o cidadão – para as redes sociais. As mídias sociais, hoje, dão lugar tanto a processos de educação política (PINHEIRO; PAGANI; DE MARCHI, 2018), como também a movimentos reivindicatórios. Movimentos organizados por meio de redes sociais virtuais e lideradas por jovens demonstram que a internet influencia o modo de fazer política e, mais, que as “novas mídias tecnológicas” influenciam a “formação de identidades coletivas entre os jovens” (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016). Com as mudanças e a facilidade de acesso à

informação, a linguagem à qual o jovem tem acesso tem, mais rapidamente, adaptado-se às diferenças intergeracionais. A mídia tradicional representava certa dificuldade em se adaptar às rápidas mudanças entre gerações. Como apontam Corrochano, Dowbor e Jardim (2018), o jovem parece aderir mais a propostas mais diretas de engajamento político. Deste modo, a ação nas redes sociais parece, em um primeiro momento, como mecanismo de engajamento político, especialmente para aqueles que se veem representados não por instituições, mas por alguém com a mesma linguagem. O número crescente de organizações da sociedade civil, grupos independentes e até celebridades que passam a tratar da política ou falar de política, acaba atraindo seu grupo de referência. A mídia social, por si só, não resolve o problema da participação e do engajamento político, sendo necessário criar um diálogo, uma linguagem atrativa também para a política (ZHANG et al., 2010). O esforço para criar este diálogo, portanto, passa também por um processo em que a confiança é um fator-chave, quando, ao se deslocar de uma institucionalização, passa-se a desconfiar de informações produzidas neste meio, já que grupos de interesse usam das fake news em benefício de seus interesses econômicos ou ideológicos (TANDOC; LIM; LING, 2018) plantando informações, justamente, nas mídias sociais. Isto pode provocar um contra efeito naquilo que gerou interesse ao jovem, por também se decepcionar em um espaço que considera seu. Ainda, ao expor seu posicionamento, está exposto a sofrer ataques de grupos de ódio ou contrários ideologicamente a suas posições, ficando com receio de fazer novas postagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo explorado as categorias apresentadas acima, ao longo dos cinco anos de pesquisa, fomos percebendo que um dos pilares para o fortalecimento da cultura política, do engajamento cívico, é a educação política. No entanto, ficou claro também que, neste processo, é preciso compreender quem estamos educando e de que modo nos comunicamos de fato para mobilizar para a política, sem cair nas armadilhas ideológico partidárias.

Em um país como o Brasil, onde a democracia é mais vista como viva quando se trata do funcionamento de suas instituições do que, necessariamente, pelo engajamento dos cidadãos, olhar para o jovem e para o seu potencial como agente político é premissa básica para a construção de uma visão de democracia onde a participação não seja apenas normativa, meramente formal, mas sim uma prática cotidiana daqueles que fazem parte da sociedade.

Quanto aos incentivos, parece-nos claro que os esforços de diversas organizações, pessoas e até mesmo de instituições públicas em demonstrar ao jovem os espaços democráticos e as possibilidades de atuação política seguem uma boa direção. Mas, por outro lado, enxergamos barreiras históricas, consolidadas em nossa cultura, e muitas vezes transmitidas entre gerações, o que em algumas situações desestimula o engajamento deste jovem como protagonista da democracia.

Referências

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era lula. Dados, [S.L.], v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. Novos Estudos, São Paulo, n. ju 2017, p. 49-58, 2017.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opin. Publica, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute V. Angelo; MORAIS, Jennifer A. de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 37, n. 137, p. 989-1008, dez. 2016.
- BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRENNER, Ana K. Do potencial à ação: o engajamento de jovens em partidos políticos. Pro-Posições, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 239-266, abr. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, [S.L.], n. 36, p. 85-104, 1995.
- Brites, Maria J.; PONTE, Cristina. Pesquisando a construção da política por jovens. Em Debate: Opinião pública e conjuntura política, Belo Horizonte, v. 4, n. 08, p. 8-18, nov. 2012.
- CASTELLS, Manuel. Redes de Indignación e Esperanza. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. O Brasil não é para amadores: Estado, governo e burocracia na terra do jeitinho. Curitiba: Travessa Editores, 2004.
- CASTRO, Lucia R. de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. Psicologia: Teoria e Pesquisa, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 479-487, dez. 2009.
- CORROCHANO Maria C.; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana A. A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? Laplage em Revista. 2018 Jan 30;4(1):50-66.
- DANTAS, Humberto. Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação. Konrad Adenauer Stiftung, 2017.
- DANTAS, Humberto; DE ALMEIDA, Rodrigo E. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. Conexão Política. 2015 Jan 1:4(1).
- DE MARCHI, Júlia; PINHEIRO, Daniel M.; PAGANI, Camila. O papel das associações comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. Administração Pública e Gestão Social, 2021.
- ECKSTEIN, Katharina; NOACK, Peter; GNIEWOSZ, Burkhard. Attitudes toward political engagement and willingness to participate in politics: trajectories throughout adolescence. Journal Of Adolescence, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 485-495, 2012.

- FARINI, Federico. Inclusion Through Political Participation, Trust from Shared Political Engagement: children of migrants and school activism in Italy. *Journal Of International Migration and Integration*, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 1121-1136, 2019.
- FIORAVANTI, Raphael Hardy. *Antropologia da política*. Curitiba: Intersaberes, 2019.
- GOHN, Maria da G. Jovens na Política na Atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno Crh*, [S.L.], v. 31, n. 82, p. 117-133, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO).
- GOHN, Maria da G. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia - Rbs*, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 205, 15 nov. 2013. Sociedade Brasileira de Sociologia.
- GRÓPPO, Leandro; SOUZA, Gerson de. Educação política: da rede para as ruas. *Revista Geminis*, ano 4, nº 2, v. 2, p.48-64. 2014.
- HART, Daniel; ATKINS, Robert; FORD, Debra. Family Influences on the Formation of Moral Identity in Adolescence: longitudinal analyses. *Journal Of Moral Education*, [S.L.], v.28, n. 3, p. 375-386, set. 1999.
- HILLYGUS, D. Sunshine. The Missing Link: exploring the relationship between higher education and political engagement. *Political Behavior*, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 25-47, 2005.
- JOHNSTON, Ron; PATTIE, Charles; JONES, Kelvyn; MANLEY, David. Intersectionality and English Voting Behaviour: and was there a 2017 youthquake. *Political Studies Review*, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 294-303, 2019. SAGE Publications.
- KINZO, Maria D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, nº 54. Fev. 2004.
- KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.
- LEWIS-BECK, M. S.; JACOBY, W. G.; NORPOTH, H.; WEISBERG, H. F. *The American Voter Revisited*. Michigan: Ann Arbor: University Of Michigan Press, 2008.
- LOPES, Denise M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opin. Pública*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 162-187, 2004.
- LUCAS, ANGELES. 'TikTokers' e 'kpopers' adentram a arena política. *El País*, Madrid, 07 jul. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-07/tiktokers-e-kpopers-adentram-a-arena-politica.html>>. Acesso em set. 2020.
- LUVIZOTTO, Caroline K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, [S.L.], v. 30, p. 297-312, 29 dez. 2016.
- MARTINS JÚNIOR, José P.; DANTAS, Humberto. O índice de participação e a importância da educação. *Opinião Pública*, v. 10, n. 2, p. 268-287, out. 2004.
- MIGUEL, Luis F.; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v.58, n. 3, p.721-747, 2015.
- MISCHE, Ann. Projecting Democracy: the formation of citizenship across youth networks in Brazil. *International Review Of Social History*, [S.L.], v. 40, n. 3, p. 131-158, dez. 1995.
- MOISÉS, José A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 23, 2008, p. 11-43.
- MOISÉS, José A.; MENEQUELLO, Rachel, 2013. Os efeitos da desconfiança política para a legitimidade democrática. IN: MOISÉS, José A.; MENEQUELLO, Rachel. *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Edusp, p.11-24.
- NETTO, José. V. R. Estrutura administrativa do governo brasileiro, cultura política e a busca pela sociedade ideal. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº1, janeiro/abril, 2016, p.211-235.
- PAGANI, Camila; SILVA, André T.; PINHEIRO, Daniel M.; DE MARCHI, Júlia. Confidence and Legitimacy: An Analysis of Civil Society's Perception of Universities in Cordoba and Florianópolis. In: Thirteenth International Conference for ISTR, 2018, Amsterdam. Conference Working Paper Series, 2018. v. XI.
- PESCHARD, Jacqueline. *La cultura política democrática*. 2ed. México DF: Instituto Federal Electoral, 2019.
- PINHEIRO, Daniel M.; PAGANI, Camila; DE MARCHI, Júlia. Political Education Through Digital Platforms. In: Thirteenth International Conference for ISTR, 2018, Amsterdam. Conference Working Paper Series, 2018. v. XI.
- RENNÓ, Lucio R. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, vol. VII, n. 1, 2001, p. 33-59.
- RIBEIRO, Ednaldo A. Participação política e juventude: mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política. *Em Debate: Opinião pública e conjuntura política*, Belo Horizonte, v. 4, n. 08, p. 26-34, nov. 2012.
- SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. *Opin. Pública*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 380-402, 2013.
- SILVA, Maria T. da. Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do "Mensalão". *Intexto*, Porto Alegre, RS, n. 30, p. 72-92, jul. 2014.
- STABILE, Max. Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa. *Em Debate: Opinião pública e conjuntura política*, Belo Horizonte, v. 4, n. 08, p. 35-39, nov. 2012.
- TANDOC, Edson C.; LIM, Zheng W.; LING, Richard. Defining "Fake News". *Digital Journalism*, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, [s. l.], v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014. DOI 10.5007/2175-7984.2014v13n28p35.
- TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. *Pro-Posições*, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 214-238, 2018.
- TOMIZAKI, Kimi; SILVA, Maria G. V.; CARVALHO-SILVA, Hamilton H. de. Socialização política. *Educação & Sociedade*, [S.L.], v. 37, n. 137, p. 929-934, 2016.
- TRAVIS, Alan; BARR, Caelainn. 'Youthquake' behind Labour election surge divides generations. *The Guardian*, 20 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/jun/20/youthquake-behind-labour-election-surge-divides-generations>>. Acesso em: set. 2020.
- TRUMP assina decreto que bane TikTok em 45 dias se aplicativo não for vendido. *CNN Brasil*, 06 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/08/06/trump-assina-decreto-que-bane-tiktok-em-45-dias-se-aplicativo-nao-for-vendido>>. Acesso em: set. 2020.
- TSEKOURA, Maria. Debates on youth participation: from citizens in preparation to active social agents. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 118-125, 2016.
- WATTENBERG, Martin P. Polls and Elections: from the Obama youthquake of '08 to the Trumpquake of '16. *Presidential Studies Quarterly*, [S.L.], v. 49, n. 1, p. 168-184, 12, 2018.
- XENOS, Michael; VROMEN, Ariadne; LOADER, Brian D. The great equalizer? Patterns of social media use and youth political engagement in three advanced democracies. *Information, Communication & Society*, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 151-167, 2014.
- YOUNISS, James.; YATES, Miranda. *Service and Social Responsibility in Youth*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- ZANETTI, Lucas A.; LUVIZOTTO, Caroline K. Impacto da internet para os movimentos sociais e para a abordagem da mídia tradicional. *Colloquium Humanarum*, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 102-109, 2014.
- ZHANG, Weiwu; JOHNSON, Thomas J.; SELTZER, Trent; BICHARD, Shannon. L. The revolution will be networked: The influence of social networking sites on political attitudes and behavior. *Social Science Computer Review*, 2010, 28(1), 75-92.